

OURILÂNDIA DO NORTE TRANSMISSORA DE  
ENERGIA S.A.

Relatório do auditor independente

Demonstrações contábeis regulatórias  
Em 31 de dezembro de 2022

OURILÂNDIA DO NORTE TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.

Demonstrações contábeis regulatórias  
Em 31 de dezembro de 2022

Conteúdo

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis regulatórias

Balancos patrimoniais regulatórios

Demonstração dos resultados regulatória

Demonstração dos resultados abrangentes regulatória

Demonstração das mutações do patrimônio líquido regulatória

Demonstração dos fluxos de caixa regulatória - método indireto

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis regulatórias

Termo de responsabilidade da Administração

## RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS

Aos  
Acionistas e Administradores da  
Ourilândia do Norte Transmissora de Energia S.A.  
São Paulo - SP

### Opinião sobre as demonstrações contábeis regulatórias

Examinamos as demonstrações contábeis regulatórias da Ourilândia do Norte Transmissora de Energia S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis regulatórias acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Ourilândia do Norte Transmissora de Energia S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa, para o exercício findo nessa data, de acordo com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico (MCSE), aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL).

### Base para opinião sobre as demonstrações contábeis regulatórias

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis regulatórias". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### Ênfase

Base de elaboração das demonstrações contábeis regulatórias

Chamamos a atenção para a Nota Explicativa nº 2 às demonstrações contábeis regulatórias, que descreve a base de elaboração dessas demonstrações contábeis. As demonstrações contábeis regulatórias foram elaboradas para auxiliar a Ourilândia do Norte Transmissora de Energia S.A. a cumprir os requisitos da ANEEL. Consequentemente, essas demonstrações contábeis regulatórias podem não ser adequadas para outro fim. Nossa opinião não contém modificação em relação a esse assunto.

### Outros assuntos

Demonstrações contábeis societárias

A Ourilândia do Norte Transmissora de Energia S.A. preparou um conjunto de demonstrações contábeis para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, sobre as quais, emitimos relatório de auditoria independente separado, datado de 31 de março de 2023, sem modificação.

### Responsabilidades da Administração pelas demonstrações contábeis regulatórias

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis regulatórias de acordo com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE, aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis regulatórias livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis regulatórias a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis regulatórias, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

### Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis regulatórias

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis regulatórias tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis regulatórias.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis regulatórias independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis regulatórias, ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional;



- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis regulatórias, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis regulatórias representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 27 de abril de 2023.



BDO RCS Auditores Independentes SS Ltda.  
CRC 2 SP 013846/O-1

Robinson Meira  
Contador CRC 1 SP 244496/O-5

# OURILÂNDIA DO NORTE TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.

Balancos patrimoniais regulatórios  
Em 31 de dezembro de 2022 e 2021  
(Em Reais)

Ativo				Passivo e patrimônio líquido			
	Nota	31/12/2022	31/12/2021		Nota	31/12/2022	31/12/2021
<b>Circulante</b>				<b>Circulante</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	4	5.563.047	6.164.500	Empréstimos	9	305.882	458.823
Contas a receber	5	236.740	226.057	Debêntures	10	4.201.603	1.622.000
Impostos recuperar	6	248.006	122.773	Fornecedores	11	522.438	569.641
Despesas antecipadas		47.487	16.903	Obrigações sociais e trabalhistas		53.271	40.402
Outros ativos circulantes	7	21.137	107.393	Obrigações tributárias	12	249.865	1.112.260
		6.116.417	6.637.626	Parcelamento tributário		-	85.396
<b>Não circulante</b>				<b>Não circulante</b>			
Partes relacionadas	21	62.021.495	-	Dividendos a pagar	14.2 (d)	2.516.077	2.228.505
Outros ativos não circulantes	7	56.240	56.240	Juros sobre capital próprio a pagar	16.2 (d)	334.497	-
Imobilizado	8	34.103.177	35.631.390	Encargos setoriais	13	205.872	1.065.314
Intangível		8.961	21.368			8.389.505	7.182.341
		96.189.873	35.708.998	<b>Patrimônio líquido</b>			
				Capital social	16.1	6.000.001	6.000.001
				Reserva de lucros		3.995.838	(1.114.714)
						9.995.839	4.885.287
<b>Total do ativo</b>		<b>102.306.290</b>	<b>42.346.624</b>	<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>		<b>102.306.290</b>	<b>42.346.624</b>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

# OURILÂNDIA DO NORTE TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.

## Demonstração dos resultados regulatória Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em Reais)

	Nota	31/12/2022	31/12/2021
Receita/Ingresso			
Disponibilização do sistema de transmissão		29.315.262	23.166.584
Tributos			
PIS - PASEP e COFINS		(1.291.353)	(1.100.140)
Encargos - Parcela "A"			
Pesquisa e desenvolvimento - P&D		(271.796)	(214.367)
Conta de desenvolvimento energético - CDE		(2.583.586)	(2.470.726)
Taxa de fiscalização dos serviços de energia elétrica - TFSE PROINFA		(88.967)	(68.762)
		<u>(2.182.683)</u>	<u>(1.503.220)</u>
		22.896.877	17.809.369
Custos gerenciáveis - "Parcela B"			
Pessoal e administradores		(618.890)	(426.414)
Material		(129.849)	(217.619)
Serviços de terceiros		(6.286.623)	(2.898.703)
Seguros		(64.575)	(59.215)
Tributos		(39.326)	(36.869)
Gastos diversos		(31.917)	(642.243)
Doações, contribuições e subvenções		(11.243)	(12.124)
Arrendamento e aluguéis		(90.331)	(26.400)
Depreciação		<u>(1.566.402)</u>	<u>(1.342.700)</u>
Resultado por atividade		14.057.721	12.147.082
Outras receitas			
Outras receitas		788.254	488.025
Resultado financeiro			
Receitas financeiras	15	383.972	273.183
Despesas financeiras	15	<u>(5.808.658)</u>	<u>(5.290.151)</u>
		(5.424.686)	(5.016.968)
Lucro antes do IRPJ e CSLL		<u>9.421.289</u>	<u>7.618.139</u>
IRPJ e CSLL corrente	16	(1.460.163)	(1.358.083)
Lucro líquido do exercício		<u><u>7.961.126</u></u>	<u><u>6.260.056</u></u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

# OURILÂNDIA DO NORTE TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.

Demonstração dos resultados abrangentes regulatória  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021  
(Em Reais)

---

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Lucro líquido do exercício	7.961.126	6.260.056
Total do resultado abrangente do exercício	<u>7.961.126</u>	<u>6.260.056</u>

---

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias

# OURILÂNDIA DO NORTE TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido regulatória  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021  
(Em Reais)

	Reserva de lucros				Total
	Capital social	Reserva legal	Reserva de incentivo fiscal	Lucros acumulados	
Saldos em 31 de dezembro de 2020	6.000.001	379.587	3.361.957	-	9.741.545
Lucro líquido do exercício	-	-	-	6.260.056	6.260.056
Destinações:					
Reserva legal	-	-	-	-	-
Incentivo fiscal - Subvenção SUDAM	-	-	1.699.282	(1.699.282)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	(2.158.505)	(2.158.505)
Dividendos adicionais	-	-	-	(8.957.809)	(8.957.809)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	6.000.001	379.587	5.061.239	(6.555.540)	4.885.287
Reserva legal - atendimento ao limite legal societário	-	(379.587)	-	379.587	-
Juros sobre capital próprio deliberado em assembléia	-	-	-	(334.497)	(334.497)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	7.961.126	7.961.126
Destinações:					
Incentivo fiscal - Subvenção SUDAM	-	-	1.929.668	(1.929.668)	-
Incentivo fiscal - Reinvestimento BASA	-	-	115.780	(115.780)	-
Dividendos mínimos obrigatórios a pagar	-	-	-	(2.516.077)	(2.516.077)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	6.000.001	-	7.106.687	(3.110.849)	9.995.839

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

# OURILÂNDIA DO NORTE TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.

## Demonstração dos fluxos de caixa regulatória - método indireto Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em Reais)

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício	7.961.126	6.260.056
Ajustes para reconciliar o lucro líquido ao caixa gerado das (aplicado nas) atividade operacionais		
Juros/atualização sobre empréstimos e financiamentos	59.023	59.022
Juros e correção debêntures	5.657.650	4.079.458
Depreciações e amortizações	1.566.403	1.342.700
	<u>15.244.202</u>	<u>11.741.236</u>
Varição nos saldos de ativos e passivos		
Redução/(aumento) nos saldos dos ativos		
Contas a receber	(10.683)	(145.028)
Impostos a recuperar	(125.233)	252.391
Despesas antecipadas	(30.584)	(680)
Outros ativos	86.256	1.959.065
Aumento/(redução) nos saldos dos passivos		
Fornecedores	(47.203)	9.122
Obrigações sociais e trabalhistas	12.869	(11.246)
Obrigações tributárias e parcelamentos tributários	461.971	1.404.237
Encargos setoriais	(859.442)	953.257
Caixa gerado pelas atividades operacionais	<u>14.732.153</u>	<u>16.162.354</u>
Pagamento de IRPJ e CSLL	(1.460.160)	(1.566.194)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	<u>13.271.993</u>	<u>14.596.160</u>
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Investimentos no ativo contratual	(25.783)	(3.999)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	<u>(25.783)</u>	<u>(3.999)</u>
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Distribuição de dividendos anteriores e antecipados - societário (partes relacionadas)	(64.250.000)	(9.530.000)
Emissão de debêntures	54.708.693	-
Pagamento de empréstimos	(517.846)	(517.846)
Pagamento de debentures	(3.788.510)	(2.747.512)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos	<u>(13.847.663)</u>	<u>(12.795.358)</u>
(Redução)/Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	<u>(601.453)</u>	<u>1.796.803</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	6.164.500	4.367.697
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	5.563.047	6.164.500
(Redução)/Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	<u>(601.453)</u>	<u>1.796.803</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis regulatórias  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021  
(Valores expressos em Reais (R\$))

---

## 1. Contexto operacional

A Ourilândia do Norte transmissora de Energia S.A. (“ONTE” ou “Companhia”), sociedade anônima de capital fechado, foi constituída em 25 de julho de 2016 e está estabelecida na Rua Groenlândia nº 112 sala 1-4, Jardim América, São Paulo -SP. O objeto social consiste na prestação de serviço público de transmissão de energia, incluindo a construção, montagem, a operação e a manutenção da instalação. Essa atividade é regulamentada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), vinculada ao Ministério de Minas e Energia (MME).

A Companhia possui direito a benefícios fiscais conferidos pela Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia - SUDAM, que representam uma redução de 75% do imposto de renda devido na exploração das concessões de transmissão. O benefício possui algumas obrigações, dentre as quais destacamos: (a) proibição de distribuição aos acionistas do valor do imposto que deixar de ser pago em virtude deste benefício; (b) constituição de reserva de incentivos fiscais com valor resultante deste benefício, ao qual somente poderá ser utilizada para absorção de prejuízo ou aumento de capital; e (c) aplicação do benefício obtido em atividades diretamente relacionadas à produção na região incentivada.

### 1.1. Da concessão

Em 5 de outubro de 2016, a Ourilândia do Norte Transmissora Energia S.A. assinou com a União, por meio da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), o contrato de concessão nº 021/2016 - ANEEL, que regula a Concessão de Serviço Público de Transmissão pelo prazo de 30 anos.

Caracterizada no anexo 6W do Edital do Leilão nº 13/2015 - ANEEL, descrita a seguir: Instalações de transmissão no estado do Pará, composta pela subestação Onça Puma, em 230/138 kV, 2x100 MVA; conexões de unidades trifásicas de transformação, entradas de linha, interligações de barramentos, barramentos, instalações vinculadas e demais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle, telecomunicação, administração e apoio.

A subestação Onça Puma em 230/138 kV entrou em operação no dia 21 de junho de 2018.

A Receita Anual Permitida (RAP) da concessionária é definida pelo Poder Concedente, e foi determinada em R\$ 8.760.000, valor histórico. A RAP será corrigida anualmente pelo IPCA no mês de julho de cada ano, nos termos da cláusula sexta do contrato de concessão, contados a partir da data do leilão.

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis regulatórias  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021  
(Valores expressos em Reais (R\$))

---

O contrato de concessão estabelece que a extinção da concessão determinará a reversão ao poder concedente dos bens vinculados ao serviço, procedendo-se aos levantamentos e avaliações, bem como à determinação do montante de indenização devida às transmissoras, observados os valores e as datas de sua incorporação ao sistema elétrico. Diante disso, a Administração da Companhia entende que ao final do prazo de concessão os valores residuais dos bens vinculados ao serviço serão indenizados pelo poder concedente. A metodologia aplicada à valorização desses ativos encontra-se explicitada na nota explicativa "Ativo contratual da concessão".

Em 08/03/2022, a diretoria da ANEEL proferiu a decisão acerca do Recurso Administrativo interposto pela ONTE no âmbito do processo administrativo ANEEL 48500.004686/2019-11, dando parcial provimento ao recurso administrativo para determinar que o pagamento das adequações nas instalações de transmissão transferidas pela Vale S.A. seja realizado por esta, através de encargos de conexão, conforme consubstanciado no Despacho nº 635/2022 e na Resolução Autorizativa nº 11.279/2022.

A Companhia apresentou um pedido de esclarecimento em relação à decisão para que fique consignado que os valores dos encargos de conexão estão sujeitos a reavaliação por parte das áreas técnicas da ANEEL em função do valor do investimento que foi incorrido pela Companhia, nos termos do voto proferido pelo diretor relator. Esse pedido ainda não foi apreciado.

## 2. Apresentação das demonstrações contábeis

As Demonstrações Contábeis Regulatórias ("DCR") foram preparadas de acordo com as normas, procedimentos e diretrizes emitidos pelo Órgão Regulador descritos no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - versão 2015 e conforme as políticas contábeis estabelecidas na declaração de práticas contábeis.

Essas demonstrações foram preparadas em consonância com as orientações emitidas pelo Órgão Regulador para Demonstrações Contábeis. As Demonstrações Contábeis para fins regulatórios são separadas das Demonstrações contábeis estatutárias societárias da outorgada. Há diferenças entre as práticas contábeis adotadas no Brasil e a base de preparação das informações previstas nas demonstrações para fins regulatórios, uma vez que as Instruções Contábeis para fins Regulatórios especificam um tratamento ou divulgação alternativos em certos aspectos. Quando as Instruções

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis regulatórias  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021  
(Valores expressos em Reais (R\$))

---

Contábeis Regulatórias não tratam de uma questão contábil de forma específica, faz-se necessário seguir as práticas contábeis adotadas no Brasil. As informações financeiras distintas das informações preparadas totalmente em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil podem não representar necessariamente uma visão verdadeira e adequada do desempenho financeiro ou posição financeira e patrimonial de uma empresa apresentar diferença de valores pela aplicação diferenciadas de algumas normas contábeis societária e regulatória, estas diferenças estão explicadas em notas explicativas, para melhor entendimento do leitor, conforme apresentado nas Demonstrações contábeis preparadas de acordo com estas práticas.

As demonstrações contábeis regulatórias para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, foi autorizado pela administração em 27 de abril de 2023.

3. Sumário das principais práticas contábeis

As práticas contábeis utilizadas são as mesmas adotadas nas Demonstrações Contábeis societárias apresentadas, exceto quanto ao que se estabelece abaixo:

Ativos e passivos regulatórios:

O mecanismo de determinação das tarifas no Brasil garante a recuperação de determinados custos relacionados à compra de energia e encargos regulatórios por meio de repasse anual. Seguindo orientação do Órgão Regulador, a empresa contabiliza as variações destes custos como ativos e passivos regulatórios, quando existe uma expectativa provável de que a receita futura, equivalente aos custos incorridos, será faturada e cobrada, como resultado direto do repasse dos custos em uma tarifa ajustada de acordo com a fórmula paramétrica definida no contrato de concessão. O ativo e passivo regulatório serão realizados quando o poder concedente autorizar o repasse na base tarifária da empresa, ajustada anualmente na data de aniversário do seu contrato de concessão.

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis regulatórias  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021  
(Valores expressos em Reais (R\$))

---

Imobilizado em serviço:

Registrado ao custo de aquisição ou construção em 31 de dezembro de 2018. A depreciação é calculada pelo método linear, tomando-se por base os saldos contábeis registrados conforme legislação vigente. As taxas anuais de depreciação estão determinadas nas tabelas anexas à Resolução vigente emitida pelo Órgão Regulador. O valor residual é determinado considerando a premissa de existência de indenização de parcela não amortizada de bens pela taxa de depreciação regulatória e o prazo de vigência da outorga (concessão, permissão e/ou autorização). O valor residual de um ativo pode aumentar ou diminuir em eventuais processos de revisão das taxas de depreciação regulatória. O resultado na alienação ou na retirada de um item do ativo imobilizado é determinado pela diferença entre o valor da venda e o saldo contábil do ativo e é reconhecido no resultado do exercício.

Imobilizado em curso:

Os gastos de administração central capitalizáveis são apropriados, mensalmente, às imobilizações em bases proporcionais. A alocação dos dispêndios diretos com pessoal mais os serviços de terceiros é prevista no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico.

Estes custos são recuperados por meio do mecanismo de tarifas e preços. A Companhia agrega mensalmente ao custo de aquisição do imobilizado em curso os juros, as variações monetárias e cambiais, e demais encargos financeiros incorridos sobre empréstimos e financiamentos diretamente atribuídos à aquisição ou constituição de ativo qualificável considerando os seguintes critérios para capitalização:

- (a) Período de capitalização correspondente à fase de construção do ativo imobilizado sendo encerrado quando o item do imobilizado encontra-se disponível para utilização;
- (b) Utilização da taxa média ponderada dos empréstimos vigentes na data da capitalização;
- (c) O montante dos juros, as variações monetárias e cambiais, e demais encargos financeiros capitalizados mensalmente não excedem o valor das despesas de juros apuradas no período de capitalização; e
- (d) Os juros, as variações monetárias e cambiais e demais encargos financeiros capitalizados são depreciados considerando os mesmos critérios e vida útil determinada para o item do imobilizado ao qual foram incorporados.

No reconhecimento do custo do ativo imobilizado, as empresas de distribuição de energia têm incluído parte dos custos da administração central, o qual por sua vez é incluído no processo de revisão tarifária, ou seja, gerando benefícios econômicos futuros

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis regulatórias  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021  
(Valores expressos em Reais (R\$))

---

### Intangível

Registrado ao custo de aquisição ou realização. A amortização, quando for o caso, é calculada pelo método linear.

Os encargos financeiros, juros e atualizações monetárias incorridos, relativos a financiamentos obtidos de terceiros vinculados ao intangível em andamento, são apropriados às imobilizações intangíveis em curso durante o período de construção do intangível.

### Obrigações especiais vinculadas à concessão

Estão representadas pelos valores nominais ou bens recebidos de consumidores das concessionárias e de consumidores não cooperados das permissionárias, para realização de empreendimentos necessários ao atendimento de pedidos de fornecimento de energia elétrica. Esta conta é amortizada pela taxa média de depreciação dos ativos correspondentes a essas obrigações, conforme legislação vigente.

### Reconhecimento de receita

A receita operacional do curso normal das atividades da Outorgada é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando existe evidência convincente de que os riscos e benefícios mais significativos foram transferidos para o comprador, de que for provável que os benefícios econômico-financeiros fluirão para a entidade, de que os custos associados possam ser estimados de maneira confiável, e de que o valor da receita operacional possa ser mensurado de maneira confiável.

## 4. Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2022	31/12/2021
Caixa e bancos - conta movimento	1.378.440	3.310.948
Aplicações financeiras de liquidez imediata	4.184.607	2.853.552
	<u>5.563.047</u>	<u>6.164.500</u>

Caixa e equivalentes de caixa incluem caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras de curto prazo. São operações de alta liquidez, sem restrição de uso, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

Os recursos aplicados em operações com liquidez imediata, em menos de 90 dias, são remunerados com taxas variáveis atreladas a variação do CDI, remuneradas em média 95% do CDI.

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis regulatórias  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021  
(Valores expressos em Reais (R\$))

## 5. Contas a receber

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Concessionárias e permissionárias	236.740	226.057
	<u>236.740</u>	<u>226.057</u>

Refere-se à parcela da Receita Anual Permitida - RAP faturada mensalmente conforme determinação da ANEEL.

A análise do vencimento de saldos de contas a receber é a seguinte:

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
A vencer	70.634	160.500
Vencido		
Vencido de 1 a 90 dias	2.380	47.472
Vencido de 91 a 180 dias	130.686	1.491
Vencido a mais de 181 dias	33.040	16.594
	<u>236.740</u>	<u>226.057</u>

A Administração entende que não há risco de perda estimada para os títulos em aberto, visto que, os mesmos, estão sendo monitorados na tentativa de recuperação do crédito por meio de pleito de pagamento via sistema ONS. Em determinados casos, é possível acionar o mecanismo via execução de garantias associadas aos contratos de conexão, do qual foram celebrados pelos usuários do sistema de transmissão, procedimento que é padrão na Companhia.

## 6. Impostos a recuperar

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Imposto de renda retido na fonte	15.578	16.911
ISS a recuperar	-	15.600
IR e CSLL clientes	820	11.366
PIS e COFINS clientes	230	7.341
Imposto de renda	28.877	4.886
Imposto de renda - saldo negativo	138.830	52.998
CSLL retido na fonte	28.432	1.210
CSLL - saldo negativo	35.239	12.461
	<u>248.006</u>	<u>122.773</u>

## 7. Outros ativos

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Adiantamento a fornecedores	20.081	98.424
Créditos de terceiros	-	1.358
Outros adiantamentos	1.054	7.611
Diretores, conselheiros e acionistas	56.241	56.240
	<u>77.376</u>	<u>163.633</u>
Circulante	21.136	107.393
Não circulante	56.240	56.240
	<u>77.376</u>	<u>163.633</u>

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis regulatórias  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021  
(Valores expressos em Reais (R\$))

## 8. Imobilizado

## 8.1. Composição:

	Custo	31/12/2022 Depreciação Acumulada	Saldo Líquido	31/12/2021 Saldo Líquido
Transmissão				
Máquinas e equipamentos	30.240.994	(4.569.641)	25.671.353	26.834.536
Edificações e benfeitorias	9.919.488	(1.519.934)	8.399.554	8.786.446
Imobilizado em curso	-	-	-	4.000
Administração				
Equipamentos de informática	38.998	(6.728)	32.270	6.408
	<u>40.199.480</u>	<u>(6.096.303)</u>	<u>34.103.177</u>	<u>35.631.390</u>

## 8.2. Movimentação:

	31/12/2021	Adições / Baixas	Deprec.	31/12/2022
Ativo imobilizado em curso				
Transmissão				
Máquinas e equipamentos	26.834.536	-	(1.163.183)	25.671.353
Edificações e benfeitorias	8.786.446	-	(386.892)	8.399.554
Imobilizado em curso	4.000	(4.000)	-	-
Administração				
Equipamentos de informática	6.408	29.784	(3.922)	32.270
	<u>35.631.390</u>	<u>25.784</u>	<u>(1.553.997)</u>	<u>34.103.177</u>

## 9. Empréstimos

	Vencto. final ago/23	Juros (a)	31/12/2022	31/12/2021
Capital de giro - Pré			305.882	764.705
			<u>305.882</u>	<u>764.705</u>
Circulante			305.882	458.823
Não circulante			-	305.882
			<u>305.882</u>	<u>764.705</u>

(a) Os juros são calculados conforme a "taxa de juros dos fundos constitucionais", divulgado pelo Bacen, e pelo componente pré-fixado da TFC de 0,017449, para pagamentos realizados até o vencimento ou de 0,020528 para pagamentos realizados após o prazo de vencimento. O empréstimo foi realizado junto ao Banco da Amazônia não possui covenants financeiros.

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis regulatórias  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021  
(Valores expressos em Reais (R\$))

## 10. Debêntures

	Vencido final	Juros	31/12/2022	31/12/2021
Debêntures (a)	nov/39	6,15% a.a. + IPCA	31.516.201	31.544.716
Debêntures (b)	jan/44	9,52% a.a. + IPCA	56.897.655	-
			88.413.856	31.544.716
			(291.307)	-
(-) Custo de transação (c)			88.122.549	31.544.716
		Circulante	4.201.603	1.622.000
		Não circulante	83.920.946	29.922.716

- (a) Em 15 de novembro de 2019 foram emitidas 30.000 debêntures com valor nominal unitário de R\$ 1.000, com amortização em 40 parcelas, sendo o primeiro vencimento em 15 de maio de 2020 e o último em 15 de novembro de 2039 ("1ª emissão").
- (b) Em 16 de agosto de 2022 foram emitidas 55.000 debêntures com valor nominal unitário de R\$ 1.000, com amortização em 43 parcelas sendo o primeiro vencimento em 15 de janeiro de 2023 e o último em 15 de janeiro de 2044 ("2ª emissão").
- (c) A 2ª emissão de debêntures incorreu em custos que foram reconhecidos como redutores e serão apropriados de acordo com a amortização da respectiva dívida, conforme CPC 08 (R1).

Abaixo são apresentadas as análises dos vencimentos das debêntures:

	31/12/2022	31/12/2021
2022	-	1.622.000
2023	4.550.073	1.840.661
2024	4.550.073	1.840.661
2025	4.550.073	1.840.661
2026	4.550.073	1.840.661
Após 2027	70.213.564	22.560.072
	88.413.856	31.544.716

## Cláusulas contratuais

Todas as exigências e cláusulas restritivas estabelecidas no contrato de debêntures estão sendo devidamente observadas e atendidas pela Companhia. As principais cláusulas restritivas são:

- (a) Referente a alienação fiduciária de ações da debênture, da cessão dos direitos emergentes da concessão, e da conta vinculada, que deve ser mantido saldo equivalente à uma parcela vincenda da amortização atualizada da debênture e do pagamento dos juros moratórios;
- (b) Manutenção do índice de cobertura do serviço da dívida ("ICSD") apurado conforme demonstrações financeiras regulatórias preparadas de acordo com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico.

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 os *covenants* foram cumpridos.

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis regulatórias  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021  
(Valores expressos em Reais (R\$))

## 11. Fornecedores

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Fornecedores de Materiais e Serviços	522.438	569.641
	<u>522.438</u>	<u>569.641</u>

Referem-se a obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no exercício de até 1 ano da data de encerramento do balanço.

## 12. Obrigações tributárias

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
IRPJ e CSLL a pagar	-	634.877
PIS e COFINS a recolher	126.492	340.202
Imposto de renda retido na fonte	4.510	4.125
INSS a recolher	100.100	102.898
CSLL/PIS/COFINS retidos na fonte	6.708	5.466
ISS a recolher	7.315	23.369
FGTS a recolher	4.740	1.323
	<u>249.865</u>	<u>1.112.260</u>

## 13. Encargos setoriais

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
MME	7.177	12.417
FNDCT	14.354	24.834
P&D - Projetos	184.341	81.963
CDE (a)	-	588.220
Proinfa (b)	-	357.880
	<u>205.872</u>	<u>1.065.314</u>

- (a) A Conta de Desenvolvimento Energético (CDE) tem como finalidade conceder descontos tarifários aos usuários de baixa renda, rural, irrigante; custear a geração de energia nos sistemas isolados por meio da Conta de Consumo de Combustíveis (CCC); pagar indenizações de concessões; incentivar o programa de subvenção à expansão da malha de gás natural; garantir a modicidade tarifária; promover a competitividade do carvão mineral nacional; entre outros;
- (b) O Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica (PROINFA), possui o propósito de fomentar a presença de fontes alternativas de energia diversificando assim a matriz energética do país.

## 14. Patrimônio líquido

## 14.1. Capital social

O capital social da Sociedade, totalmente subscrito e integralizado até 31 de dezembro de 2022 é representado por 16.666 (dezesesseis mil e seiscentos e sessenta e seis) ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, assim distribuídas entre acionistas:

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis regulatórias  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021  
(Valores expressos em Reais (R\$))

	31/12/2022		31/12/2021	
	Quantidade de ações	% do capital social	Quantidade de ações	% do capital social
Testotrans	-	-	14.166	85%
FIP Kavom (a)	16.666	100%	2.500	15%
	<u>16.666</u>	<u>100%</u>	<u>16.666</u>	<u>100%</u>

- (a) Em 26 de agosto de 2022 foi celebrado entre a Testotrans Holding Ltda e Fundo de Investimento em Participações em Infraestrutura Kavom o termo de venda de 14.166 ações e outras avenças através de alienação fundiária em garantia de 100% das ações. A referida operação implicou em transferência de controle da Companhia e foi devidamente anuída pela ANEEL conforme despacho 1.773, de 4 de julho de 2022.

#### 14.2. Destinações do lucro do exercício

As destinações foram calculadas da seguinte forma:

	31/12/2022	31/12/2021
Lucro líquido regulatório	7.961.126	6.260.056
Ajustes	4.148.630	4.073.245
Lucro líquido do exercício societário	12.109.756	10.333.301
(-) Reserva legal (a)	-	-
Lucro após as destinações obrigatórias	12.109.756	10.333.301
(-) Reservas para subvenções SUDAM e BASA	(2.045.448)	(1.699.282)
Lucro após a destinação da reserva	10.064.308	8.634.019
(-) Dividendos propostos (25%)	(2.516.077)	(2.158.505)
Lucro a destinar societário	<u>7.548.231</u>	<u>6.475.514</u>

##### (a) Reserva legal

Do lucro líquido apurado do exercício, será deduzido a parcela de 5% para a constituição da reserva legal, que não excedera 20% do capital social.

Em 31 de dezembro de 2022 o saldo da reserva legal é de 20% do capital social, desta forma, não fora constituído a respectiva reserva neste exercício.

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis regulatórias  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021  
(Valores expressos em Reais (R\$))

---

(b) Reserva de incentivo fiscal - Subvenção SUDAM

Incentivos fiscais do imposto de renda sobre o resultado auferido na exploração da concessão de serviços públicos de transmissão de energia elétrica no Estado do Pará, concedido pela SUDAM, no montante de R\$ 1.929.668 em 31 de dezembro de 2022 (R\$ 1.699.282 em 2021). As subvenções são registradas contabilmente em conta destacada na demonstração do resultado e submetidas à Assembleia dos Acionistas para aprovação de sua destinação, considerando as restrições previstas nos respectivos laudos constitutivos e na legislação fiscal vigente.

(c) Reserva de incentivo fiscal - Reinvestimento BASA

Incentivos fiscais do imposto de renda para pessoas jurídicas com empreendimento em operação na área de atuação da SUDENE, com o benefício do reinvestimento de 30% do Imposto devido, no ano de 2022 foi de R\$ 115.780, em projetos de modernização ou complementação de equipamento, até o ano de 2023. O incentivo fiscal possibilita uma melhoria nas condições de competitividade da empresa no mercado. A este valor, a pessoa jurídica deve adicionar 50% (cinquenta por cento) de recursos próprios (contrapartida) e depositar o total desta soma no Banco do Nordeste do Brasil (BNB).

(d) Dividendos mínimos obrigatórios e juros sobre capital próprio

Conforme determinado no Estatuto Social, a Companhia, poderá, a qualquer tempo, levantar os balancetes em cumprimento aos requisitos legais ou para atender a interesses societários, inclusive para distribuição de dividendos intermediários ou antecipados, que, caso distribuídos, poderão ser imputados ao dividendo mínimo obrigatório. Também poderá pagar aos seus acionistas, por deliberação de Assembleia Geral, juros sobre capital próprio, os quais poderão ser imputados ao dividendo mínimo obrigatório.

Abaixo a composição dos dividendos a pagar:

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Saldo inicial	2.228.505	642.191
Dividendos adicionais deliberados em assembleia	62.021.495	8.957.809
Dividendos pagos no exercício	(64.250.000)	(9.530.000)
Dividendos mínimos obrigatórios do exercício	2.516.077	2.158.505
Juros sobre capital próprio	334.497	-
Saldo final	<u>2.850.574</u>	<u>2.228.505</u>

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis regulatórias  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021  
(Valores expressos em Reais (R\$))

O pagamento de dividendos em 2022, o qual incluiu dividendos mínimos obrigatórios referentes ao exercício de 2021 e dividendos adicionais, foi aprovado pelas assembleias gerais ordinárias e extraordinárias ocorridas em 05 de janeiro de 2022, 14 de abril de 2022 e 26 de agosto de 2022. As referidas deliberações aprovaram o pagamento de dividendos no valor total de R\$64.250.000, dos quais (i) R\$ 62.021.495 referem-se à distribuição do lucro líquido retido societário do exercício findo em 31 de dezembro de 2020, 31 de dezembro de 2021 e do período intermediário do semestre findo em 30 de junho de 2022 (para fins regulatórios, considerado como partes relacionadas no ativo não circulante a ser compensado na medida em que existam lucros regulatórios); (ii) R\$2.228.505 referem-se à dividendos mínimos obrigatórios dos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2021 (R\$ 2.158.505) e residual de 31 de dezembro de 2020 (R\$ 70.000).

#### 15. Resultado financeiro

	31/12/2022	31/12/2021
Receitas financeiras		
Rendimento de aplicações financeiras	368.251	222.676
Outras receitas financeiras	15.721	50.507
	<u>383.972</u>	<u>273.183</u>
Despesas financeiras		
Juros sobre empréstimos	(97.282)	(59.022)
Juros sobre debêntures	(5.518.419)	(4.970.438)
Juros sobre capital próprio	(334.497)	-
Outras despesas financeiras	(192.957)	(260.691)
	<u>(6.143.155)</u>	<u>(5.290.151)</u>
	<u>(5.759.183)</u>	<u>(5.016.969)</u>

#### 16. Crédito (despesa) de Imposto de renda e contribuição social

Abaixo a conciliação da taxa efetiva de IRPJ e CSLL - Lucro real:

	31/12/2022	31/12/2021
Lucro antes dos impostos	9.086.793	7.618.139
Despesa de IRPJ e CSLL calculada a alíquota de 34%	(3.089.510)	(2.590.167)
Incentivo fiscal - IRPJ - SUDAM (a)	1.929.668	1.699.282
Incentivo fiscal - IRPJ - Reinvestimento (b)	115.780	-
Adições/Exclusões temporárias e permanentes	(416.102)	(467.198)
Despesa de IRPJ e CSLL	<u>(1.460.163)</u>	<u>(1.358.083)</u>
Alíquota efetiva	-16%	-18%
IRPJ e CSLL (corrente)	<u>(1.460.163)</u>	<u>(1.358.083)</u>
	<u>(1.460.163)</u>	<u>(1.358.083)</u>
Lucro líquido do exercício	<u>7.626.630</u>	<u>6.260.056</u>

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis regulatórias  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021  
(Valores expressos em Reais (R\$))

---

- (a) A Companhia possui direito a benefícios fiscais conferidos pela Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia - SUDAM, que representam uma redução de 75% do imposto de renda devido na exploração das concessões de transmissão. O benefício possui algumas obrigações, dentre as quais destacamos: (a) proibição de distribuição aos acionistas do valor do imposto que deixar de ser pago em virtude deste benefício; (b) constituição de reserva de incentivos fiscais com valor resultante deste benefício, ao qual somente poderá ser utilizada para absorção de prejuízo ou aumento de capital; e (c) aplicação do benefício obtido em atividades diretamente relacionadas à produção na região incentivada.

## 17. Instrumentos financeiros

### Identificação dos principais instrumentos financeiros

	Nível	31/12/2022	31/12/2021
Ativo financeiro			
Valor justo por meio do resultado			
Aplicações financeiras	2	4.184.607	2.853.552
Custo amortizado			
Caixa e equivalentes de caixa		1.378.440	3.310.948
Contas a receber		236.740	226.057
Partes relacionadas		62.021.495	
Passivo financeiro			
Custo amortizado			
Empréstimos e financiamentos		305.882	764.706
Debêntures		88.122.548	31.544.716
Fornecedores		522.438	569.541

Os valores contábeis dos instrumentos financeiros, ativos e passivos, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos com sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência deste, e valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, aproximam-se substancialmente de seus correspondentes valores justos.

A Companhia classifica os instrumentos financeiros, como requerido pelo CPC vigente:

- Nível 1 - preços cotados (não ajustados) em mercados ativos, líquidos e visíveis para ativos e passivos idênticos que estão acessíveis na data de mensuração;
- Nível 2 - preços cotados (podendo ser ajustados ou não) para ativos ou passivos similares em mercados ativos, outras entradas não observáveis no nível 1, direta ou indiretamente, nos termos do ativo ou passivo; e
- Nível 3 - ativos e passivos cujos preços não existem ou que esses preços ou técnicas de avaliação são amparados por um mercado pequeno ou inexistente, não observável ou líquido. Nesse nível a estimativa do valor justo torna-se altamente subjetiva.

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis regulatórias  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021  
(Valores expressos em Reais (R\$))

---

### Gerenciamento de riscos

Os principais fatores de risco inerentes às operações da Companhia podem ser assim identificados:

#### Risco de crédito

A Companhia mantém contratos com o Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), concessionárias e outros agentes, regulando a prestação de seus serviços vinculados a usuários da rede básica, com cláusula de garantia bancária.

#### Risco de preço

As receitas da Companhia são, nos termos do contrato de concessão, reajustadas anualmente pela ANEEL, pela variação do IPCA, sendo parte das receitas sujeita à revisão tarifária periódica (Nota 1.2).

#### Risco de liquidez

A Companhia gerencia o risco de liquidez mantendo adequadas reservas, linhas de crédito bancárias para captação de empréstimos, por meio do monitoramento dos fluxos de caixa e perfis de vencimento.

### 18. Passivos contingentes

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 a Companhia com base em informações de seus assessores jurídicos internos e análise das demandas judiciais pendentes, entende que não existem processos trabalhistas, tributários e cíveis com probabilidade de perda possível e provável.

### 19. Cobertura de seguros

A Companhia mantém a cobertura de seguro garantia, levando em conta o grau de risco, por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais perdas sobre seus ativos e/ou responsabilidades:

#### SOMPO Seguros S.A.

Apólice:	1800735992/ Endosso 123310
Tipo:	Compreensivo Empresarial - Riscos Operacionais
Modalidade:	Patrimonial
Valor segurado:	R\$ 45.480.000,00
Valor do prêmio:	R\$ 61.160,91
Período de vigência:	06/04/2022 a 06/06/2023

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis regulatórias  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021  
(Valores expressos em Reais (R\$))

---

A Companhia encontra-se em fase de reavaliação da sua política de seguros e em discussão com seus assessores especializados no setor acerca das coberturas e limites associados aos seus ativos tendo em vista as responsabilidades enquanto prestadora de serviço público de transmissão, dentro do qual está incluída a discussão pela manutenção ou não da cobertura de responsabilidade civil, cuja contratação pela Companhia não é mandatária.

20. COVID-19

A ONTE vem acompanhando os impactos do COVID-19 no cenário macroeconômico desde o início da pandemia, tomando as devidas precauções para mitigar todos os riscos palpáveis.

De forma a garantir o fluxo normal das atividades a Companhia adotou uma política mais conservadora na gestão do caixa, mantendo a liquidez e robustez financeira usuais.

A Administração também implementou medidas de precaução para reduzir a exposição dos seus colaboradores ao risco e garantir a continuidade e qualidade das operações, tais como: sistemas de contingência, restrições de viagens, ampliação de trabalho remoto e acompanhamento do quadro de saúde e bem-estar dos colaboradores.

21. Partes relacionadas e remuneração da Administração.

Partes relacionadas

De acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 05 - Divulgação sobre Partes Relacionadas enquadram-se nesse conceito a transferência de recursos, serviços ou obrigações entre partes relacionadas, independentemente de haver ou não um valor alocado à transação.

Durante os exercícios de 2022 e 2021 não houve transações com partes relacionadas, exceto quanto a parcela de dividendos adicionais aprovadas referente a anos anteriores, até 30 de junho de 2022, aprovado em AGE, conforme mencionado na Nota 14.2 (d). Reclassificado para fins regulatórios para a rubrica "Partes relacionadas - Ativo não Circulante".

Remuneração da Administração

Os Administradores são acionistas indiretos e não receberam remunerações fixas e, variáveis entre os anos de 2022 e 2021. Em relação ao último exercício, a política de benefícios de seguro saúde da Companhia foi estendida aos Diretores, com o custo de R\$ 385 mil ao ano.

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis regulatórias  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021  
(Valores expressos em Reais (R\$))

---

22. Eventos subsequentes

Supremo Tribunal Federal ("STF") muda entendimento relacionado com a coisa julgada em matéria tributária

Em 08 de fevereiro de 2023 o Supremo Tribunal Federal (STF) concluiu o julgamento dos Temas 881 - Recurso Extraordinário n° 949.297 e 885 - Recurso Extraordinário n° 955.227, que tratam da manutenção dos efeitos de decisões transitadas em julgado.

Por unanimidade, os ministros fixaram a tese de que a eficácia de decisões transitadas em julgado em matéria tributária pode cessar se houver decisão superveniente do STF em controle de constitucionalidade difuso, com repercussão geral, ou concentrado (ações diretas). Nesses casos, os Fiscos poderiam, assim, cobrar dívidas tributárias que os contribuintes consideravam protegidas pelos efeitos da coisa julgada, mesmo sem a interposição de ação rescisória. O STF ainda deverá confirmar se modulará, ou não, os efeitos da sua própria decisão.

De qualquer forma, a Administração avaliou com os seus assessores jurídicos internos os possíveis impactos desta decisão do STF e concluiu que, independentemente de eventual modulação, a decisão do STF não resulta, baseada em avaliação da administração suportada por seus assessores jurídicos, e em consonância com o CPC25/IAS37 Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, CPC 32/IAS 12 Tributos sobre o lucro, ICPC 22 / IFRIC 23 Incerteza sobre tratamento de tributos sobre o lucro e o CPC24/IAS10 Eventos Subsequentes, em impactos significativos nas demonstrações contábeis regulatórias de 31 de dezembro de 2022.

23. Conciliação do Balancete Patrimonial Regulatório e Societário

Para fins estatutários, a Companhia seguiu a regulamentação societária para a contabilização e elaboração das Demonstrações Contábeis Societárias, sendo que para fins regulatórios, a Companhia seguiu a regulamentação regulatória, determinada pelo Órgão Regulador apresentada no manual de contabilidade do setor elétrico. Dessa forma, uma vez que há diferenças entre as práticas societárias e regulatórias, faz-se necessária a apresentação da reconciliação das informações apresentadas seguindo as práticas regulatórias com as informações apresentadas seguindo as práticas societárias.

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis regulatórias  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021  
(Valores expressos em Reais (R\$))

A composição das diferenças entre as demonstrações contábeis societárias para as demonstrações contábeis regulatórias, do período findo em 31 de dezembro de 2022 e 2021 estão demonstrados a seguir:

Ativo	31/12/2022			31/12/2021		
	Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
Ativo circulante						
Caixa e equivalentes de caixa	5.563.047	-	5.563.047	6.164.500	-	6.164.500
Contas a receber	236.740	-	236.740	226.057	-	226.057
Impostos recuperar	248.006	-	248.006	122.773	-	122.773
Despesas antecipadas	47.487	-	47.487	16.903	-	16.903
Ativo de contrato de concessão	-	(10.602.441)	10.602.441	-	(10.100.448)	10.100.448
Outros ativos circulantes	21.137	-	21.137	107.393	-	107.393
	<u>6.116.417</u>	<u>(10.602.441)</u>	<u>16.718.858</u>	<u>6.637.626</u>	<u>(10.100.448)</u>	<u>16.738.074</u>
Ativo não circulante						
Partes relacionadas	62.021.495	62.021.495	-	-	-	-
Ativo de contrato de concessão	-	(133.690.179)	133.690.179	-	(129.890.776)	129.890.776
Outros ativos não circulantes	56.240	-	56.240	56.240	-	56.240
Imobilizado	34.103.177	34.070.906	32.271	35.631.390	35.620.982	10.408
Intangível	8.961	-	8.961	21.368	-	21.368
	<u>96.189.873</u>	<u>(37.597.778)</u>	<u>133.787.651</u>	<u>35.708.998</u>	<u>(94.269.794)</u>	<u>129.978.792</u>
Total do ativo	<u>102.306.290</u>	<u>(48.200.219)</u>	<u>150.506.509</u>	<u>42.346.624</u>	<u>(104.370.242)</u>	<u>146.716.866</u>

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis regulatórias  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021  
(Valores expressos em Reais (R\$))

	31/12/2022			31/12/2022		
	Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
Passivo e patrimônio líquido						
Passivo circulante						
Empréstimos	305.882	-	305.882	458.823	-	458.823
Debêntures	4.201.603	-	4.201.603	1.622.000	-	1.622.000
Fornecedores	522.438	-	522.438	569.641	-	569.641
Obrigações sociais e trabalhistas	53.271	-	53.271	40.402	-	40.402
Obrigações tributárias	249.865	-	249.865	1.112.260	-	1.112.260
Parcelamento tributário	-	-	-	85.396	-	85.396
Dividendos a pagar	2.516.077	-	2.516.077	2.228.505	-	2.228.505
Juros sobre capital próprio a pagar	334.497	-	334.497	-	-	-
Encargos setoriais	205.872	-	205.872	1.065.314	-	1.065.314
	<u>8.389.505</u>	<u>-</u>	<u>8.389.505</u>	<u>7.182.341</u>	<u>-</u>	<u>7.182.341</u>
Não circulante						
Empréstimos	-	-	-	305.882	-	305.882
Debêntures	83.920.946	-	83.920.946	29.922.716	-	29.922.716
Parcelamento tributário	-	-	-	50.398	-	50.398
PIS e COFINS diferidos	-	(8.816.611)	8.816.611	-	(8.452.419)	8.452.419
Imposto de renda e contribuição social diferidos	-	(32.407.001)	32.407.001	-	(31.068.351)	31.068.351
	<u>83.920.946</u>	<u>(41.223.612)</u>	<u>125.144.558</u>	<u>30.278.996</u>	<u>(39.520.770)</u>	<u>69.799.766</u>
Patrimônio líquido						
Capital social	6.000.001	-	6.000.001	6.000.001	-	6.000.001
Prejuízos acumulados	3.995.838	(6.976.607)	10.972.445	(1.114.714)	(64.849.472)	63.734.758
	<u>9.995.839</u>	<u>(6.976.607)</u>	<u>16.972.446</u>	<u>4.885.287</u>	<u>(64.849.472)</u>	<u>69.734.759</u>
Total do passivo e patrimônio líquido	<u>102.306.290</u>	<u>(48.200.219)</u>	<u>150.506.509</u>	<u>42.346.624</u>	<u>(104.370.242)</u>	<u>146.716.866</u>

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis regulatórias  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021  
(Valores expressos em Reais (R\$))

	31/12/2021			31/12/2020		
	Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
Resultado do exercício						
Receita/Ingresso						
Disponibilização do sistema de transmissão	29.315.262	10.351.069	18.964.193	23.166.584	10.077.240	13.089.344
Remuneração do ativo de concessão	-	(14.037.654)	14.037.654	-	(13.619.459)	13.619.459
Receita de O&M	-	(1.282.865)	1.282.865	-	(1.222.126)	1.222.126
Tributos						
PIS e COFINS	(1.291.353)	1.032.243	(2.323.596)	(1.100.140)	660.675	(1.760.815)
Encargos - Parcela "A"						
Pesquisa e desenvolvimento - P&D	(271.796)	-	(271.796)	(214.367)	-	(214.367)
Conta de desenvolvimento energético - CDE	(2.583.586)	-	(2.583.586)	(2.470.726)	-	(2.470.726)
Taxa de fiscalização dos serviços de energia elétrica - TFSE	(88.967)	-	(88.967)	(68.762)	-	(68.762)
PROINFA	(2.182.683)	-	(2.182.683)	(1.503.220)	-	(1.503.220)
Receita líquida	22.896.877	(3.937.207)	26.834.084	17.809.369	(4.103.670)	21.913.039
Custos gerenciáveis - "Parcela B"						
Pessoal e administradores	(618.890)	-	(618.890)	(426.414)	-	(426.414)
Material	(129.849)	-	(129.849)	(217.619)	-	(217.619)
Serviços de terceiros	(6.286.623)	-	(6.286.623)	(2.898.703)	-	(2.898.703)
Seguros	(64.575)	-	(64.575)	(59.215)	-	(59.215)
Tributos	(39.326)	-	(39.326)	(36.869)	-	(36.869)
Gastos diversos	(31.917)	-	(31.917)	(642.243)	-	(642.243)
Doações, contribuições e subvenções	(11.243)	-	(11.243)	(12.124)	-	(12.124)
Arrendamento e aluguéis	(90.331)	-	(90.331)	(26.400)	-	(26.400)
Depreciação	(1.566.402)	(1.550.073)	(16.329)	(1.342.700)	(1.328.635)	(14.065)
Resultado por atividade	14.057.721	(5.487.280)	19.545.001	12.147.082	(5.432.305)	17.579.387
Outras receitas	788.254	-	788.254	488.025	-	488.025
Resultado financeiro	(5.424.686)	-	(5.424.686)	(5.016.968)	-	(5.016.968)
Lucro antes do IRPJ e CSLL	9.421.289	(5.487.280)	14.908.569	7.618.139	(5.432.305)	13.050.444
IRPJ e CSLL corrente	(1.460.163)	-	(1.460.163)	(1.358.083)	-	(1.358.083)
IRPJ e CSLL diferido	-	1.338.650	(1.338.650)	-	1.359.060	(1.359.060)
Lucro líquido do exercício	7.961.126	(4.148.630)	12.109.756	6.260.056	(4.073.245)	10.333.301

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis regulatórias  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021  
(Valores expressos em Reais (R\$))

---

A seguir, são detalhadas a natureza e explicações dos ajustes apresentados entre a contabilidade societária e a regulatória:

23.1. Ativo contratual de concessão:

Conforme previsto no contrato de concessão, a concessionária atua como prestador de serviço. A concessionária implementa, amplia, reforça ou melhora a infraestrutura para prestar um serviço público além de operar e manter essa infraestrutura (serviços de operação e manutenção) e é remunerada por essa disponibilidade durante o prazo de concessão.

O contrato de concessão não transfere à concessionária o direito de controle do uso da infraestrutura de serviços públicos. É prevista apenas a cessão de posse desses bens para realização dos serviços públicos, sendo os bens revertidos ao Poder Concedente após o encerramento do respectivo contrato.

A concessionária tem direito de operar a infraestrutura para prestação dos serviços públicos em nome do Poder Concedente, nas condições previstas no contrato de concessão e deve registrar e mensurar a receita dos serviços que presta de acordo com os Pronunciamentos Técnicos CPC 47 - Receita de Contrato com Clientes, CPC 48 - Instrumentos Financeiros e IPC 01 (R1) - Contratos de Concessão.

A implementação da infraestrutura, atividade executada durante fase de obra, tem o direito a contraprestação vinculada a performance de finalização da obra e das obrigações de desempenho de operar e manter, e não somente a passagem do tempo, sendo o reconhecimento da receita e custos das obras relacionadas à formação deste ativo através dos gastos incorridos.

23.2. Imobilizado e intangível

Considerando que para fins regulatórios deverá ser adotada a estrutura vigente no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, onde todos os investimentos realizados nas construções das linhas de transmissão são registrados como ativo imobilizado/intangível, todos os efeitos decorrentes da aplicação do CPC 47 foram eliminados nas Demonstrações Contábeis Regulatórias, incluindo os impactos fiscais correspondentes.

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis regulatórias  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021  
(Valores expressos em Reais (R\$))

---

Com a adoção da CPC 47 nas Demonstrações Contábeis Societárias, o ativo imobilizado/intangível da Companhia foi reconhecido como ativo de contrato de concessão, vide nota de ajuste 23.1. Para fins regulatórios deverá ser adotada a estrutura vigente no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, ou seja, como ativo imobilizado e/ou intangível. As premissas específicas para o ativo imobilizado e ativo intangível, reconhecidas na contabilidade regulatória são garantir que não sejam refletidos os impactos da adoção do CPC 47 e que os valores estejam registrados pelo valor homologado na ANEEL. Como a Companhia não está sujeita a revisão tarifária os valores considerados são os custos históricos.

### 23.3. Imposto de renda e contribuição social diferido

Conforme detalhado na nota de ajuste 23.1, os efeitos decorrentes das aplicações do CPC 47 foram eliminados das demonstrações contábeis regulatórias, incluindo os impactos fiscais correspondentes, no caso IR e CSLL diferido.

### 23.4. Conciliação do patrimônio líquido societário e regulatório

Os efeitos decorrentes da aplicação da ICPC 01 (R1) foram eliminados nas Demonstrações Contábeis Regulatórias.

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Patrimônio Líquido societário	16.972.446	69.734.759
Exclusão / Adições (exercício corrente)		
Ativo de contrato de concessão	(4.969.450)	(4.764.345)
PIS e COFINS diferido	1.032.243	660.675
IR e CS diferido	1.338.650	1.359.060
Depreciação do exercício	(1.550.073)	(1.328.634)
Dividendos (partes relacionadas)	62.021.495	-
Exclusão (exercícios anteriores)		
Ativo de contrato de concessão	(103.041.607)	(96.842.348)
PIS e COFINS diferido	8.452.419	8.054.157
IR e CS diferido	31.068.351	29.454.285
Depreciação	(1.328.635)	(1.442.322)
Patrimônio Líquido regulatório	<u>9.995.839</u>	<u>4.885.287</u>

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis regulatórias  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021  
(Valores expressos em Reais (R\$))

---

### 23.5. Receita

Para fins regulatórios, foram ajustados os valores reconhecidos no exercício referente às receitas de operação e manutenção e a receita remuneração do ativo financeiro, decorrentes da aplicação do CPC 47. A receita para fins regulatórios é registrada na rubrica de receita de disponibilização do sistema de transmissão na fase de operação e os efeitos da CPC 47 são desconsiderados.

### 23.6. Tributos e encargos

Conforme detalhado na nota de ajuste 23.1, todos os efeitos decorrentes da aplicação do CPC 47 foram eliminados nas demonstrações contábeis regulatórias, incluindo os impactos fiscais correspondentes, no caso PIS e COFINS diferido.

### 23.7. Lucro líquido do exercício

As diferenças entre o resultado auferido na contabilidade societária para aquele apurado para fins regulatórios, decorre do efeito do CPC 47, reconhecido para fins societários e eliminado nas demonstrações contábeis regulatórias.

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Lucro líquido do exercício societário	12.109.756	10.333.301
Exclusão		
Receita bruta (CPC 47)	(4.969.450)	(4.764.345)
PIS e COFINS diferido (CPC 47)	1.032.243	660.675
IR e CS diferido (CPC 47)	1.338.650	1.359.060
Depreciação e amortização	<u>(1.550.073)</u>	<u>(1.328.635)</u>
Lucro líquido do exercício regulatório	<u><u>7.961.126</u></u>	<u><u>6.260.056</u></u>

São Paulo, SP, 27 de abril de 2023.

À  
**BDO RCS Auditores Independentes SS**  
Rua Major Quedinho 90, Consolação  
01050-030 – São Paulo, SP - Brasil

### TERMO DE RESPONSABILIDADE

Pelo presente Termo de Responsabilidade, declaramos sob as penas da Lei a veracidade das informações apresentadas à Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, expressando o compromisso de observância e cumprimento das normas, procedimentos e exigências estabelecidos pela legislação do setor elétrico, bem como da ciência das penalidades as quais ficaremos sujeitos. Estamos cientes que a falsidade das informações, bem como o descumprimento do compromisso ora assumido, além de obrigar a devolução de importâncias recebidas indevidamente, quando for o caso, sujeitar-se às penalidades de multa do Grupo IV, inciso X, da Resolução Normativa nº 63, de 12 de maio de 2004, bem como as previstas nos artigos 171 e 299, ambos do Código Penal.

**Concessionária: Ourilândia do Norte Transmissora de Energia S.A.**

Atenciosamente,

-----Assinado Digitalmente-----

**SERGIO AUGUSTO MARTINS BEZERRA**  
Diretor Presidente

-----Assinado Digitalmente-----

**ROBERTO MARIO AMARAL LIMA NETO**  
Diretor

-----Assinado Digitalmente-----

**GIOVANI MAINHARDT**  
**CONTADOR**  
CPF: 538.692.739-68  
CRC/SC: 016992/O-0

RESOLUÇÃO O NORMATIVA Nº 63, DE 12 DE MAIO DE 2004

*Art. 7º - Constitui infração, sujeita à imposição da penalidade de multa do Grupo IV: X - fornecer informação falsa à ANEEL;*

**CÓDIGO PENAL**

*Art. 171 — Obter, para si ou para outrem, vantagem ilícita, em prejuízo alheio, induzindo ou mantendo alguém em erro, mediante artifício, ardil, ou qualquer outro meio fraudulento.*

*Art. 299 — Omitir, em documento público ou particular declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre o fato juridicamente relevante.*

## Termo de Responsabilidade (1).pdf

Documento número #5ed896e3-5b85-49eb-a2b8-b9585090cafe

Hash do documento original (SHA256): 1721f9286d2b4c7c5ec71cb6450299f53944440df91fc27da3423cc83dd91b3d

## Assinaturas

✓ **SERGIO AUGUSTO MARTINS BEZERRA**  
CPF: 784.211.605-91  
Assinou como parte em 28 abr 2023 às 15:02:12

✓ **Roberto Mário Amaral Lima Neto**  
CPF: 246.988.018-18  
Assinou como parte em 28 abr 2023 às 14:34:45

✓ **GIOVANI MAINHARDT**  
CPF: 538.692.739-68  
Assinou como parte em 28 abr 2023 às 16:40:31

## Log

- 28 abr 2023, 14:33:32 Operador com email fabiana.mendes@abaeteinvestimentos.com.br na Conta 8a23034b-8606-4a14-a47a-72e4cadac859 criou este documento número 5ed896e3-5b85-49eb-a2b8-b9585090cafe. Data limite para assinatura do documento: 28 de maio de 2023 (14:23). Finalização automática após a última assinatura: habilitada. Idioma: Português brasileiro.
- 28 abr 2023, 14:33:33 Operador com email fabiana.mendes@abaeteinvestimentos.com.br na Conta 8a23034b-8606-4a14-a47a-72e4cadac859 adicionou à Lista de Assinatura: sergio@kavom.com.br para assinar como parte, via E-mail, com os pontos de autenticação: Token via E-mail; Nome Completo; CPF; endereço de IP. Dados informados pelo Operador para validação do signatário: nome completo SERGIO AUGUSTO MARTINS BEZERRA.
- 28 abr 2023, 14:33:33 Operador com email fabiana.mendes@abaeteinvestimentos.com.br na Conta 8a23034b-8606-4a14-a47a-72e4cadac859 adicionou à Lista de Assinatura: roberto@kavom.com.br para assinar como parte, via E-mail, com os pontos de autenticação: Token via E-mail; Nome Completo; CPF; endereço de IP. Dados informados pelo Operador para validação do signatário: nome completo Roberto Mário Amaral Lima Neto e CPF 246.988.018-18.
- 28 abr 2023, 14:33:33 Operador com email fabiana.mendes@abaeteinvestimentos.com.br na Conta 8a23034b-8606-4a14-a47a-72e4cadac859 adicionou à Lista de Assinatura: giovani@mainhardt.com.br para assinar como parte, via E-mail, com os pontos de autenticação: Token via E-mail; Nome Completo; CPF; endereço de IP. Dados informados pelo Operador para validação do signatário: nome completo GIOVANI MAINHARDT e CPF 538.692.739-68.

- 
- 28 abr 2023, 14:34:45 Roberto Mário Amaral Lima Neto assinou como parte. Pontos de autenticação: Token via E-mail roberto@kavom.com.br. CPF informado: 246.988.018-18. IP: 189.68.76.154. Localização compartilhada pelo dispositivo eletrônico: latitude -23.592616034651225 e longitude -46.68679038884356. URL para abrir a localização no mapa: <https://app.clicksign.com/location>. Componente de assinatura versão 1.488.0 disponibilizado em <https://app.clicksign.com>.
- 28 abr 2023, 15:02:12 SERGIO AUGUSTO MARTINS BEZERRA assinou como parte. Pontos de autenticação: Token via E-mail sergio@kavom.com.br. CPF informado: 784.211.605-91. IP: 189.68.76.154. Localização compartilhada pelo dispositivo eletrônico: latitude -23.5925211 e longitude -46.6868495. URL para abrir a localização no mapa: <https://app.clicksign.com/location>. Componente de assinatura versão 1.488.0 disponibilizado em <https://app.clicksign.com>.
- 28 abr 2023, 16:40:31 GIOVANI MAINHARDT assinou como parte. Pontos de autenticação: Token via E-mail giovani@mainhardt.com.br. CPF informado: 538.692.739-68. IP: 177.174.248.186. Localização compartilhada pelo dispositivo eletrônico: latitude -26.918507968340506 e longitude -49.069870828979624. URL para abrir a localização no mapa: <https://app.clicksign.com/location>. Componente de assinatura versão 1.488.0 disponibilizado em <https://app.clicksign.com>.
- 28 abr 2023, 16:40:31 Processo de assinatura finalizado automaticamente. Motivo: finalização automática após a última assinatura habilitada. Processo de assinatura concluído para o documento número 5ed896e3-5b85-49eb-a2b8-b9585090cafe.
- 

**Documento assinado com validade jurídica.**

Para conferir a validade, acesse <https://validador.clicksign.com> e utilize a senha gerada pelos signatários ou envie este arquivo em PDF.

As assinaturas digitais e eletrônicas têm validade jurídica prevista na Medida Provisória nº. 2200-2 / 2001

Este Log é exclusivo e deve ser considerado parte do documento nº 5ed896e3-5b85-49eb-a2b8-b9585090cafe, com os efeitos prescritos nos Termos de Uso da Clicksign, disponível em [www.clicksign.com](http://www.clicksign.com).